



TEORIA E EXERCÍCIOS

SEMED BARCARENA-PA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE BARCARENA PA

ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO

- ✓ Língua Portuguesa
- ✓ Informática
- ✓ Didática e Legislação
- ✓ Conhecimentos Específicos

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 001/2026 – PMB/SEMED



Secretaria de Educação de Barcarena - PA

SEMED BARCARENA-PA

Especialista em Educação

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Especialista em Educação de acordo com o Edital nº 001/2026 - PMB/SEMED, da Secretaria de Educação de Barcarena - PA.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes *Importante e Dica*, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da banca *Instituto Ágata*, organizadora contratada para a realização do certame, e também complemento de bancas variadas, para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO **IMPORTANTE**

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
■ LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	9
■ REDAÇÃO OFICIAL (OFÍCIO, MEMORANDO, AVISO, REQUERIMENTO, RELATÓRIO, ATA)	12
Colocação Pronominal	43
■ ORTOGRAFIA OFICIAL VIGENTE	46
■ MORFOLOGIA/CLASSE DE PALAVRAS	47
ARTIGO	47
NUMERAL	48
SUBSTANTIVOS	48
ADJETIVOS	50
ADVÉRBIOS	52
PRONOMES	54
VERBOS	57
PREPOSIÇÕES	62
CONJUNÇÕES	63
INTERJEIÇÃO	64
■ SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO	64
Termos da Oração	65
ORAÇÕES COORDENADAS	71
ORAÇÕES SUBORDINADAS	72
REGÊNCIA	75
CONCORDÂNCIAS	77
■ PONTUAÇÃO E SEUS EFEITOS DE SENTIDO	83
■ SEMÂNTICA E ARGUMENTAÇÃO	86
SINONÍMIA	86
ANTONÍMIA	86
POLISSEMIA	87

■ COERÊNCIA E COESÃO TEXTUAL	87
ESTILÍSTICA E RECURSOS EXPRESSIVOS DA LÍNGUA	92
■ NORMA CULTA E USOS DA LÍNGUA (ADEQUAÇÃO COMUNICATIVA).....	93
VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E SOCIOLINGUÍSTICA	95
■ GÊNEROS TEXTUAIS E DISCURSIVOS	95
■ ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO.....	102
INFORMÁTICA	111
■ CONCEITOS BÁSICOS EM INFORMÁTICA.....	111
HARDWARE: UNIDADE CENTRAL DE PROCESSAMENTO, PERIFÉRICOS E DISPOSITIVOS DE ENTRADA, SAÍDA E ARMAZENAMENTO DE DADOS	111
SOFTWARE: TIPOS DE SOFTWARE, SOFTWARE LIVRE E SOFTWARE PROPRIETÁRIO, CONCEITOS BÁSICOS DE SISTEMAS OPERACIONAIS	114
■ NOÇÕES DE AMBIENTE WINDOWS E DISTRIBUIÇÕES LINUX	116
CONCEITOS DE ORGANIZAÇÃO E DE GERENCIAMENTO DE ARQUIVOS E PASTAS, PERMISSÃO DE ARQUIVOS, BACKUP.....	116
■ CONCEITOS E FUNÇÕES DE APLICATIVOS DE EDITORES DE TEXTO, PLANILHAS ELETRÔNICAS, APRESENTAÇÕES: PACOTE MICROSOFT OFFICE E LIBREOFFICE.....	144
■ INTERNET: CONCEITOS BÁSICOS E SERVIÇOS ASSOCIADOS À INTERNET	189
NAVEGAÇÃO, CORREIO ELETRÔNICO, GRUPOS DE DISCUSSÃO, BUSCA E PESQUISA, PLATAFORMAS DE COMUNICAÇÃO E COLABORAÇÃO	190
■ REDES DE COMPUTADORES.....	207
NOÇÕES BÁSICAS DE REDES DE COMPUTADORES, LAN, MAN, WAN E INTRANET, ENDEREÇAMENTO.....	207
■ SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	210
CONCEITOS DE CONFIDENCIALIDADE, INTEGRIDADE, AUTENTICIDADE, DISPONIBILIDADE.....	210
DIDÁTICA E LEGISLAÇÃO	221
■ LEI Nº 10.639/2003 E LEI Nº 11.645/2008, E SUAS ATUALIZAÇÕES: EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA.....	221
■ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC, E SUAS ATUALIZAÇÕES	225
DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO, CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS, ÁREAS DO CONHECIMENTO, COMPONENTES CURRICULARES E TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS ..	225

Competências Gerais	225
EDUCAÇÃO DO CAMPO, EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA, EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: LEGISLAÇÕES, DECRETOS DO TEMA E SUAS ATUALIZAÇÕES, DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS, TERRITORIAIS E PEDAGÓGICOS	236
DIDÁTICA, CURRÍCULO E PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO	241
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E METODOLOGIAS DE ENSINO	241
INTERDISCIPLINARIDADE	242
CONTEXTUALIZAÇÃO, ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	242
RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS	244
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL.....	246
AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA	246
AVALIAÇÃO FORMATIVA	247
AVALIAÇÃO SOMATIVA	247
DECRETO Nº 9.432/2018 – POLÍTICA NACIONAL DE AVALIAÇÃO E EXAMES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	247
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	255
LEI Nº 9.394/1996 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL E SUAS ATUALIZAÇÕES, APLICADA À ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO, À GESTÃO ESCOLAR, AO CURRÍCULO, À AVALIAÇÃO E À ATUAÇÃO DO ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO	255
LEI Nº 8.069/1990 – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E SUAS ATUALIZAÇÕES, APLICADA À PROTEÇÃO INTEGRAL, À PERMANÊNCIA ESCOLAR, À APRENDIZAGEM, À CONVIVÊNCIA ESCOLAR E À RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA-COMUNIDADE	282
LEI Nº 13.005/2014 – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E SUAS ATUALIZAÇÕES, APLICADA AO ACOMPANHAMENTO DAS METAS EDUCACIONAIS, ALFABETIZAÇÃO, QUALIDADE DA EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO DOCENTE, GESTÃO DEMOCRÁTICA E MELHORIA DOS INDICADORES	337
LEI Nº 14.113/2020 – FUNDEB E SUAS ATUALIZAÇÕES, APLICADA À VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E QUALIDADE DO ENSINO.....	342
LEI Nº 13.146/2015, LEI Nº 12.764/2012, DECRETO Nº 12.686/2025 E DECRETO Nº 12.773/2025, E SUAS ATUALIZAÇÕES, APLICADOS À EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA, ACESSIBILIDADE, ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS, ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO DOS ESTUDANTES PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	354

■	ACOMPANHAMENTO, ORIENTAÇÃO, AVALIAÇÃO, ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	387
■	COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, SUPERVISÃO ESCOLAR, ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL, TRABALHO PEDAGÓGICO COLETIVO, FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES E ARTICULAÇÃO ENTRE DIREÇÃO, PROFESSORES, ESTUDANTES, FAMÍLIAS E COMUNIDADE ESCOLAR, AUTORES CLÁSSICOS E CONTEMPORÂNEOS DA DIDÁTICA E DA PEDAGÓGICA.....	389
■	PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO.....	390
	PLANOS DE ENSINO	390
	SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS.....	391
	SIMULADOS, PROVAS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO.....	392
	ACOMPANHAMENTO DAS PRÁTICAS DOCENTES E ARTICULAÇÃO COM A BNCC E SUAS ATUALIZAÇÕES	393
	DIRETRIZES CURRICULARES	395
■	PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO – PPP: ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO, CONSIDERANDO CURRÍCULO, BNCC E SUAS ATUALIZAÇÕES, DIRETRIZES CURRICULARES, INCLUSÃO, DIVERSIDADE TERRITORIAL, EDUCAÇÃO DO CAMPO, PROJETOS DA REDE MUNICIPAL E INDICADORES EDUCACIONAIS.....	402
■	AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL: INDICADORES DE APRENDIZAGEM, FREQUÊNCIA, PERMANÊNCIA, FLUXO ESCOLAR, RENDIMENTO, DESEMPENHO DOS ESTUDANTES, RESULTADOS EDUCACIONAIS E TOMADA DE DECISÃO PEDAGÓGICA.....	403
	SAEB	404
■	RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS, RECUPERAÇÃO PARALELA, INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA, BUSCA ATIVA ESCOLAR, ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E ACOMPANHAMENTO DOS ESTUDANTES COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM.....	407
■	PROJETOS, PROGRAMAS E AÇÕES DA REDE MUNICIPAL	410
	PLANEJAMENTO	410
	EXECUÇÃO	410
	ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO	411
	AVALIAÇÃO.....	411

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

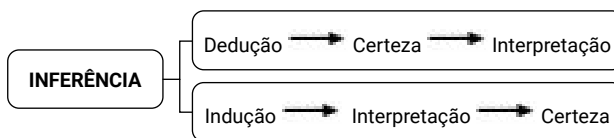
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma certeza na interpretação. Dessa forma, é fundamental buscar uma ordem de eventos ou processos ocorridos no texto, que variam conforme o tipo textual.

INFORMÁTICA

CONCEITOS BÁSICOS EM INFORMÁTICA

HARDWARE: UNIDADE CENTRAL DE PROCESSAMENTO, PERIFÉRICOS E DISPOSITIVOS DE ENTRADA, SAÍDA E ARMAZENAMENTO DE DADOS

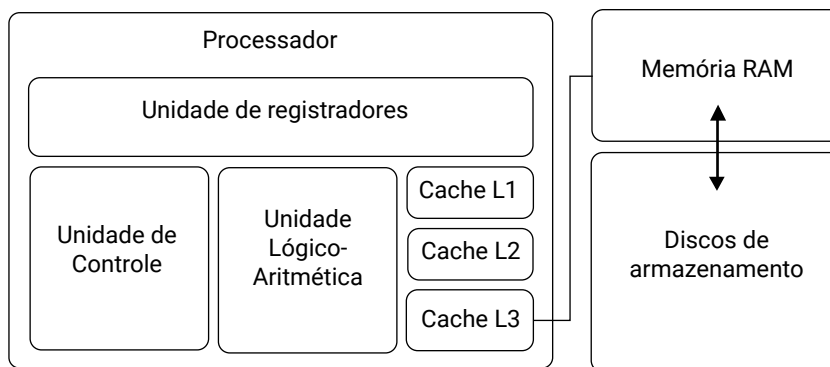
Existem várias formas de classificação do hardware, seja por meio da conexão, da natureza do componente, da utilização etc. Veja a seguir uma tabela, item por item, com os componentes de um computador, focando na conexão do componente e dicas relacionadas.

Dica

O processador do computador é o item mais questionado de hardware por todas as bancas organizadoras.

COMPONENTE INTERNO	DESCRIÇÃO	CONEXÃO E DICA
Processador	Principal item do computador. Instalado na placa mãe	Cérebro do computador, composto de três unidades: unidade lógica e aritmética ¹ , a unidade de controle ² e a unidade de registradores ³
Cache L1	Memória rápida nível 1 (level 1)	Próximo ao núcleo do processador
Cache L2	Memória rápida nível 2 (level 2)	Na borda do processador, próximo à memória RAM ⁴
Cache L3	Memória rápida nível 3 (level 3)	Na borda do processador, próximo à memória RAM. Alguns processadores novos possuem cache L3
Memória RAM	Memória principal	Adicionada nos slots de expansão da placa mãe, banco de memórias. Ela é temporária, volátil, de acesso aleatório

A seguir, vejamos um esquema do processador e seus componentes internos.



1 ULA, unidade matemática, unidade lógico-artmética, coprocessador automático.

2 Responsável pela busca da próxima instrução (que será executada) e decodificação.

3 Armazena os valores de entrada e saída das operações.

4 RAM – Random Access Memory – memória de acesso aleatório ou randômico. Conhecida como memória principal.

DIDÁTICA E LEGISLAÇÃO

Prezado(a) estudante,

Com o intuito de oferecer o material o mais completo e didático possível, optamos por não repetir aqui os conteúdos referentes a:

- Lei nº 9.394/1996 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e suas atualizações.
- Lei nº 8.069/1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente, e suas atualizações.
- Lei nº 13.005/2014 — Plano Nacional de Educação, e suas atualizações.
- Lei nº 14.113/2020 — Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — Fundeb, e suas atualizações.
- Lei nº 13.146/2015 — Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, e suas atualizações; Lei nº 12.764/2012 — Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e suas atualizações.
- Decreto nº 12.686/2025 — Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, e suas atualizações; Decreto nº 12.773/2025.
- Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e suas modalidades.
- SAEB.

Neste contexto, é importante ressaltar que ambos assuntos serão amplamente abordados na disciplina de **Conhecimentos Específicos**.

Cordialmente,
Nova Concursos.

LEI Nº 10.639/2003 E LEI Nº 11.645/2008, E SUAS ATUALIZAÇÕES: EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

I LEI Nº 10. 639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003

A lei nº 10. 639, de 9 de janeiro de 2003, alterou a Lei nº 9.394, de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), responsável por definir normas gerais, complementar artigos sobre a educação da Constituição e organizar o ensino no Brasil.

Como resultado de discussões e avanços **dos movimentos negros e outras organizações coletivas**, a referida Lei, ao alterar a antiga LDB, tornou obrigatório o ensino da história africana e afro-brasileira no ensino fundamental e médio, público e particular. Em seus termos:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

“Art. 26-A Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre **História e Cultura Afro-Brasileira**.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando **a contribuição do povo negro** nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de **todo o currículo escolar**, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)”

“Art. 79-A. (VETADO)”

“Art. 79-B. O calendário escolar **incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’**.”

Conforme previsto acima, o conteúdo programático do ensino médio e fundamental incluiu o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil e sua centralidade na cultura brasileira. A legislação retoma, ainda, a importância do negro na formação da sociedade nacional, prevendo o resgate às suas contribuições sociais, econômicas e políticas para a História do Brasil.

Em consonância com a lei aqui estudada, os conteúdos devem ser ministrados em todo o currículo escolar. Entretanto, as orientações são focadas, especialmente, nas áreas de Educação Artística, de Literatura e História Brasileiras. Além disso, há uma menção à inclusão do “Dia Nacional da Consciência Negra” como parte do calendário escolar.

Uma Conquista Notável e Importante

A Lei nº 10.639, de 2003, simbolizou um **marco histórico da luta antirracista no Brasil** e da transformação da política educacional e social brasileira. Isso se deu, segundo Pereira e Silva (2012), pois, ao ser promulgado, o regimento assumiu a importância do Estado para a **divulgação/valorização do legado cultural africano**, que, inegavelmente, faz parte do percurso histórico brasileiro, embora as instituições educacionais direcionassem, e direcionem, ainda, um olhar restrito à história africana e afro-brasileira.

Entre os estudos, entende-se, portanto, que a **história da África é fundamental para se compreender a história geral e do Brasil**, já que há um conjunto relacional entre os povos, que envolveu guerra, dominação, comércio e outras formas de contato e alianças internacionais.

Nesse sentido, a importância da presente lei dá-se à medida que, apesar da irrefutável importância do continente e dos povos africanos, percebe-se que, nos currículos escolares, há, muitas vezes, um olhar eurocêntrico para a história, isto é, a visão de que a Europa, bem como os europeus, são superiores às demais populações.

Ao contrário destes, a África e os africanos acabam tendo sua história limitada à escravidão e ao imperialismo. Processos estes que, repletos de violência

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEI Nº 9.394/1996 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL E SUAS ATUALIZAÇÕES, APLICADA À ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO, À GESTÃO ESCOLAR, AO CURRÍCULO, À AVALIAÇÃO E À ATUAÇÃO DO ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: HISTÓRICO E DEBATES

Para a garantia de uma educação pública, gratuita e de qualidade, é preciso a participação dos estudantes em todas as atividades cotidianas da escola, para a efetivação de uma real inclusão desses sujeitos.

Por isso, antes de debater as legislações, é preciso considerar os **aspectos históricos, psicossociais, políticos e pedagógicos** que envolvem a educação especial inclusiva. Nesse contexto, Mendes (2010) analisa as mudanças históricas e sociais do campo da educação especial inclusiva no Brasil.

Segundo apresenta, é possível relacionar práticas e concepções vigentes ao contexto mais amplo de um país marcado por um longo período de descaso do poder público em relação à escolarização da população em geral e da presença marcante de instituições privadas de viés mais assistencialista-filantrópico do que educacional.

Assim, segundo a autora, iniciativas isoladas foram constatadas no Brasil na área da educação especial inclusiva até a década de 1970, quando respostas mais abrangentes são dadas a essa questão, especialmente com questionamentos ao pressuposto da segregação escolar como alternativa para o melhor atendimento às necessidades educacionais diferenciadas.

Fortalece-se, então, o princípio da integração escolar até a década de 1990, quando, em um contexto de redemocratização, começa a emergir o discurso atual da educação inclusiva, embora permaneça o quadro generalizado de exclusão escolar desses sujeitos.

Para Mendes (2010), essa situação não se limita à falta de acesso, mas se estende à ausência de profissionais qualificados, de recursos e de responsabilização do poder público ao direito à educação.

Considerando essas mudanças referentes ao campo da educação especial inclusiva no Brasil, é importante ressaltar as orientações e determinações presentes nos documentos legais, promulgados nos últimos anos, como:

- a Constituição Federal, de 1988;
- a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996;
- a Resolução CNE/CEB nº 2, de 2011;

- a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008;
- o Plano Nacional de Educação, de 2014; e
- a Lei nº 13.146, de 2015.

Entende-se que esses regulamentos representaram grandes avanços a nível nacional, principalmente no que diz respeito aos objetivos da educação especial inclusiva, ao seu público-alvo e ao papel do Estado na efetivação das políticas e do direito à educação, direito formal de todos os cidadãos, no âmbito dos direitos sociais.

Em relação à educação de pessoas com deficiência, esses documentos refletem os avanços históricos quanto aos objetivos da educação especial inclusiva, sendo que a Lei Brasileira de Inclusão (2015) apresenta uma visão mais ampla e flexível, considerando que o objetivo principal é assegurar a proteção da dignidade da pessoa com deficiência.

São estabelecidos novos direitos tanto no âmbito educacional — como acesso, permanência, aprendizagem e participação nas instituições de ensino — quanto no mercado de trabalho, na habitação, na saúde, dentre outros âmbitos, para possibilitar vivências dignas e igualitárias.

Essa ampliação também pode ser observada em relação ao público-alvo, já que há, nos documentos recentes, uma caracterização das especificidades dos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, a serem observadas nas práticas de ensino-aprendizagem.

Há, assim, um novo olhar à perspectiva da educação inclusiva, com o estabelecimento de linhas de ações que norteiam a compreensão da inclusão como um movimento para além da educação de pessoas com deficiência.

Todavia, a efetivação do direito à educação e de outros direitos a potencializar a inclusão desses sujeitos ainda encontra uma série de dificuldades, especialmente em um país como o Brasil, marcado por diferenças culturais e desigualdades sociais significativas. Para Mendes (2010), apesar da expansão, em um contexto de fortalecimento do pensamento neoliberal e de minimização da responsabilidade do poder público, mantém-se, atualmente, a necessidade de construção de uma escola pública de qualidade e democrática para todos.

Nesse contexto, Ainscow (2009) discute sobre os desafios e possibilidades vinculados à educação inclusiva, o executando por meio de uma revisão ampla das perspectivas que se fazem presente nesse campo de conhecimento.

Para o autor, existem várias ideias de inclusão a nível internacional e que **questionam a própria organização escolar**, a saber:

- inclusão referente à deficiência e à necessidade de educação especial;
- inclusão como resposta a exclusões disciplinares;
- inclusão que diz respeito a todos os grupos vulneráveis à exclusão;
- inclusão como forma de promover escola para todos;
- inclusão como educação para todos.

Feito isso, Ainscow (2009) apresenta o modo como a inclusão, mais do que uma definição única

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.